

PROBLEMAS E SUAS SOLUÇÕES

Josaphat Marinho

Os problemas de interesse da Federação brasileira continuam tratados sem sistematização. Agora mesmo, o senador Waldeck Ornelas voltou a criticar o projeto sobre a transposição das águas do São Francisco para outros estados. Estranhou, com razão, que órgãos do governo federal insistam no exame do projeto sem prévios estudos, que assegurem "a preservação do rio". Observou, também, que nenhuma solução para o Nordeste de hoje deve ter caráter assistencialista, mas de promoção de desenvolvimento da região. Cuidou, assim, do problema com espírito de renovação das práticas administrativas.

Já em 1994 tratamos dessa questão no Senado e em artigo na imprensa. E repetimos a consideração da matéria noutros momentos. Sempre o fizemos, igualmente, sem desmerecer o interesse das demais unidades do Nordeste, tendo em conta o espírito federativo. Se se quer promover o equilíbrio entre todas as entidades

dades dos projetos examinados. Vímos uma fase cultural em que os meios de comunicação transmitem a toda a gente as dificuldades gerais e os propósitos anunciados. Por isso mesmo, as iniciativas governamentais são seguidas e vigiadas. A opinião pública as acompanha para sentir se correspondem, ou não, a procedimentos racionais.

A tentativa, por exemplo, do deslocamento das águas do São Francisco, isolada do complexo das questões em torno do rio e da região, é provisória incompatível com a administração planificada, ou, pelo menos, seguramente programada. Ora, o atual governo anunciou um conjunto de medidas destinadas a toda a Região Nordeste, nos diversos setores de sua economia e de suas necessidades. Educação, saúde, energia, agricultura, rodovias, agroindústria foram aspectos postos em relevo para merecer decisões objetivas. É evidente que tais aspectos envolvem exigências e aspirações de grande parte das populações nordestinas. E a respeito deles há serviços e obras já em curso, ou requerendo complementação. Assim, no campo das rodovias, as reclamações se multiplicam, pelo estado de ruínas em que se encontram muitas delas. Não é compreensível, portanto, que haja intenção de iniciar-se projeto, como o de transposição das águas do São Francisco, e sendo desconhecidos dados definitivos para sua realização sem risco. A respeito desse propósito, cresce a estranheza porque não se regularizou ainda a navegação do rio, apesar de prometida para 1996, e é notório que ocorrem longos períodos de redução do nível das águas.

Demais, num momento de economia contida, é aconselhável o desenvolvimento de programas suscetíveis de multiplicar empregos em prazo curto, para diminuir a angústia crescente. A visão social dos problemas



não pode ser subestimada, sobretudo quando já se ouve o ruído do descontentamento coletivo. As soluções administrativas são tanto mais úteis, quanto correspondam a anseios de sobrevivência de ampla parcela da população. Sem dúvida, tem aumentado o número de desempregados no país, até em estados de economia forte, como São Paulo. Coincidemente, eleva-se a violência na generalidade do país. Urge, pois, conciliar as deliberações executivas com a necessidade de reduzir o sofrimento dos que vivem do trabalho.

Na grande depressão nos Estados Unidos, depois de 1930, a preocupação do governo com os trabalhadores foi essencial. Informa livro coletivo sobre a época: "Em meio ao clamor geral, Roosevelt estabeleceu determinadas prioridades. O auxílio aos desempregados parecia vir em primeiro lugar". No presente instante histórico, em vários países europeus governos lutam para atenuar o número de desocupados, em alguns casos assustador. O montante do desemprego no Brasil parece que não equivale

ao que se apura naqueles países. Mas é crescente, sem sinais de mudança próxima, dentro da economia de livre mercado.

Cabe ao governo, pois, encontrar meios de superar as dificuldades originárias do livre mercado, pelas quais responde o Estado, ao menos em parte. Uma das formas de vencer tais dificuldades consiste, precisamente, na seleção correta dos programas de ação, para atender aos reclamos de justiça social.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia